

Resposta a “Argumentos de superveniência contra o realismo moral robusto” de Wilson Mendonça

Reply to Wilson Mendonça’s “Supervenience arguments against robust moral realism”

Rafael Graebin Vogelmann¹

RESUMO

Em seu “Argumentos de superveniência contra o realismo moral robusto”, Wilson Mendonça defende o realismo moral robusto (a tese de que propriedades morais não são idênticas a propriedades naturais) do Argumento Explanatório a partir da Superveniência. Segundo esse argumento, o realismo robusto é incapaz de dar conta de fatos específicos de superveniência moral; dado que a identificação de propriedades morais e naturais permite dar conta desses fatos, o realismo robusto tem uma desvantagem explanatória *vis-à-vis* o realismo redutivo. A resposta de Mendonça consiste em sustentar (i) que o realismo redutivo enfrenta dificuldades para dar conta do caráter assimétrico de fatos específicos de superveniência e (ii) que a noção de redução por análise, que permite explicar fatos específicos de superveniência, dá suporte apenas a uma forma fraca de redutivismo compatível com o realismo robusto. Eu sustento que essas alegações são falsas e que, portanto, as considerações de Mendonça não mostram que o Argumento Explanatório não seja uma ameaça ao realismo robusto.

Palavras-chave: realismo moral robusto, superveniência, redutivismo moral, redução por identificação, redução por análise.

ABSTRACT

In his “Supervenience arguments against robust moral realism”, Wilson Mendonça sets out to defend robust moral realism (the thesis that moral properties are not identical to natural properties) against the Explanatory Argument based on Supervenience. According to this argument, robust realism is unable to account for specific supervenience facts; given that the identification of moral and natural properties allows one to account for such facts, robust realism has an explanatory disadvantage *vis-à-vis* reductive realism. Mendonça’s answer consists in holding (i) that reductive realism has trouble accounting for the asymmetric character of specific supervenience facts and (ii) that the notion of reduction by analysis, which allows one to properly explain specific supervenience facts, supports only a weak form of reductionism that is compatible with robust realism. I argue that these claims are false and that, therefore, Mendonça fails to show that the Explanatory Argument is not a threat to robust realism.

Keywords: robust moral realism, supervenience, moral reductivism, reduction by identity, reduction by analysis.

¹ Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Avenida Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43322, 205D, 91509-900. Porto Alegre, RS, Brasil.
Email: rafael.vog@gmail.com.

1. Em seu curto, porém rico, artigo “Argumentos de superveniência contra o realismo moral robusto”, Wilson Mendonça (2019) defende quatro teses: (a) que o argumento da coextensividade de Jackson (1998, cap. 5 e 2017) em favor da identificação de propriedades morais e naturais falha (seções 3-5); (b) que a identificação de propriedades morais com propriedades naturais *não* permite explicar fatos específicos de superveniência moral (seção 8); (c) que a noção de *redução por análise* (como apresentada por Schroeder, 2005 e 2007, cap. 4) permite explicar fatos específicos de superveniência moral (seção 9) e (d) que a redução por análise dá suporte *apenas* a uma forma fraca de reduativismo compatível com o realismo moral robusto (seção 10). Estou de acordo com as teses (a) e (c), mas no que se segue argumentarei que as teses (b) e (d) são falsas.

2. Por “realismo moral robusto” Mendonça se refere à tese de que propriedades morais não são idênticas a propriedades naturais: “[...] a negação da identidade de propriedades morais e propriedades naturais é o traço definidor do realismo robusto” (Mendonça, 2019, p. 63).² As teses (b) e (d) são mobilizadas em sua defesa do realismo moral robusto contra o *Argumento Explanatório a partir da Superveniência*. Superveniência moral é a tese de que não pode haver uma diferença moral entre dois objetos de avaliação (por exemplo, entre duas ações, pessoas ou traços de caráter) a menos que haja uma diferença em suas características naturais. Essa tese é frequentemente formulada da seguinte maneira: necessariamente, se algo tem uma propriedade moral *F*, então tem uma propriedade natural *G*, tal que necessariamente tudo o que é *G* também é *F*.³ Segue-se dessa formulação que dois objetos de avaliação não podem ser idênticos quanto a suas qualidades naturais e diferirem em suas propriedades morais. Dado que propriedades morais são multiplamente realizáveis, segue-se também que, para cada propriedade moral, existe um grande número de propriedades naturais *G* tal que necessariamente, para todo *y*, se *y* é *G*, então *y* é *F*. Um fato capturado por um enunciado da forma “necessariamente, para todo *y*, se *y* é *G* então *y* é *F*” é um *fato específico de superveniência* (Mendonça, 2019, p. 61). Cada um desses fatos precisa ser explicado e, segundo o *Argumento Explanatório*, o realismo robusto é incapaz de explicá-los: dado que propriedades morais são distintas de propriedades naturais, cada fato específico de superveniência moral é uma verdade metafísica bruta. Por fim, os proponentes desse argumento geralmente supõem que a identificação de propriedades mo-

rais com propriedades naturais permita explicar fatos específicos de superveniência sem dificuldade e que isso revele uma vantagem explanatória do realismo reduativista com relação ao realismo robusto.⁴ A resposta de Mendonça a este argumento consiste em negar que a identificação de propriedades morais com propriedades naturais permita explicar fatos específicos de superveniência (essa é a tese (b)) e em sustentar que é possível explicar esses fatos por apelo à ideia de *redução por análise* que dá suporte apenas a uma forma fraca de redução compatível com o realismo robusto (tese (d)).

3. A defesa de (b) oferecida por Mendonça começa chamando atenção para a constatação de que fatos específicos de superveniência moral são relações assimétricas: a instanciação da propriedade natural *G* implica a instanciação da propriedade moral *F*, mas não vice-versa (Mendonça, 2019, p. 62). E isso é perfeitamente razoável dada a realização múltipla de propriedades morais. Há muitos modos, por exemplo, de ser uma pessoa má: sendo cruel, desonesta, egoísta, etc.⁵ Por isso, do fato de que João é uma má pessoa não se segue que ele seja cruel – talvez ele seja extremamente desonesto ou egoísta –, embora possa muito bem ser o caso que sua crueldade implica (ou as propriedades que realizam sua crueldade implicam) que ele seja uma má pessoa.

A explicação de um fato específico de superveniência moral só é bem-sucedida se ela dá conta dessa assimetria. O cerne do argumento de Mendonça em favor da tese (b) é a premissa de que se identificamos propriedades morais com propriedades naturais, essa assimetria se torna misteriosa:

A relação de identidade, por outro lado, é sempre simétrica e “um-a-um”. É difícil, portanto, para dizer o mínimo, ver como uma abordagem baseada na Redução por Identificação poderia ser útil, quando se trata da tarefa de explicar relações assimétricas e “muitos-a-um”. [...] Sob a perspectiva usual de [redução por identidade], o aspecto assimétrico constitutivo dos fatos específicos da superveniência torna-se tão bruto e inexplicável quanto a conexão necessária entre propriedades supostamente irreduzíveis. O resultado disso é que [o Argumento Explanatório] não revela uma desvantagem explanatória do realismo moral robusto vis-à-vis o realismo reduativista. (Mendonça, 2019, p. 62, minhas ênfases).

² Essa tese é defendida, por exemplo, por Enoch (2007) e Fitzpatrick (2008).

³ Ver, por exemplo, Kim (1984), Dreier (1992, p. 14) e Blackburn (1993, p. 131).

⁴ Um argumento nestes moldes é mobilizado por McPherson (2012).

⁵ Alguém pode sustentar que estas não são características puramente naturais que possam ser compreendidas sem apelo a noções morais. Vale notar, contudo, que a discussão de Mendonça é predicada na suposição de que o domínio moral sobrevém ao domínio natural e que propriedades morais são multiplamente realizáveis. Dadas essas suposições, mesmo quem sustenta que noções como “cruel” não podem ser compreendidas em termos estritamente naturais deve admitir que há mais uma propriedade natural que determina a instanciação de uma propriedade moral como a propriedade de ser uma má pessoa – ou, o que é o mesmo, que há uma série de fatos específicos de superveniência moral (Mendonça, 2019, p. 61). Aqueles que estiverem insatisfeitos com o exemplo acima podem, portanto, substituir as características mencionadas por quaisquer que sejam, na sua opinião, as propriedades naturais que determinam a instanciação da propriedade de ser uma má pessoa.

A alegação que Mendonça busca defender nessa passagem é que mesmo que o realista robusto seja incapaz de explicar fatos específicos de superveniência moral, o realista redutivo não tem uma vantagem explanatória nesse ponto, pois ele também é incapaz de fornecer uma explicação satisfatória. A suposição na qual essa conclusão está baseada é que se identificamos uma propriedade moral F com certa propriedade natural G , então se segue que, para todo y , y é G se, e somente se, y é F e, assim, a assimetria dos fatos específicos de superveniência moral é perdida. Segundo Mendonça, isso mostra que o realista redutivista é incapaz de explicar fatos específicos de superveniência moral pois o aspecto assimétrico desses fatos é "inexplicável" da perspectiva do realista redutivista.

A suposição em jogo é, contudo, enganadora e fatos específicos de superveniência moral são perfeitamente explicáveis da perspectiva reducionista. Se identificamos a propriedade moral F com uma propriedade natural multiplamente realizável MR , então a assimetria dos fatos específicos de superveniência moral é conservada ao mesmo tempo que eles se tornam facilmente explicáveis. Um fato específico de superveniência moral capturado por "necessariamente, para todo y , se Gy então Fy " é explicado nesse caso pela constatação de que Gy é um dos modos de realização de MRy (que, dada a identificação de MR e F , é o mesmo que Fy). A assimetria é conservada, pois, dado que MR é multiplamente realizável, MRy não implica Gy , mas apenas a disjunção composta por todos os estados que realizam MRy , isto é, $\{Gy \text{ ou } G_2y \text{ ou } G_3y \text{ ou } \dots \text{ ou } G_ny\}$.

De fato, realistas morais redutivistas tendem a identificar propriedades morais com propriedades naturais multiplamente realizáveis. Considere a tese de Copp, por exemplo. Copp explicitamente *identifica* a propriedade de ser *moralmente correto* com a propriedade de ser *requerida pelo código moral cuja vigência na sociedade S mais contribuiria para a capacidade de S de atender a suas necessidades*:

My own society-centered moral theory [...] identifies the property of rightness [...] with the property of being required by the code of rules, whatever it is, the currency of which in S actually would best con-

tribute to S 's ability to meet its needs [...] (Copp, 2007, p. 237).

Assim como identifica a propriedade de ser moralmente correto com o que é requerido pelo código moral que melhor promova as necessidades de uma sociedade, Copp identifica a propriedade de ser moralmente errado com a propriedade de ser proibido por um tal código (Copp, 2001, p. 34). Certamente um código moral capaz de promover a capacidade de uma sociedade de atender a suas necessidades proíbe assassinatos, agressões gratuitas, roubos, fraudes, etc. Isso significa que há vários modos de violar esse código e, portanto, de fazer algo moralmente errado. Um modo de violar esse código é assassinando alguém. Isso explica o fato específico de superveniência capturado por "necessariamente, para toda ação a , se a é um assassinato, então a é moralmente errada".⁶ E, se a tese de Copp for verdadeira, o mesmo modelo de explicação pode ser aplicado a qualquer fato específico de superveniência moral a respeito da propriedade de ser moralmente errado. Ao mesmo tempo, a assimetria é conservada. Do fato de que certa ação é moralmente errada não posso inferir que seja um assassinato – a ação em questão pode ser um roubo, uma fraude, etc.⁷

Eu concluo, portanto, que o redutivista moral não tem dificuldade em responder ao desafio proposto por Mendonça: "como poderia existir uma explicação para relações assimétricas envolvendo propriedades normativas que, ao mesmo tempo, sobrevêm necessariamente e são redutíveis por identidade?" (Mendonça, 2019, p. 62). A assimetria dos fatos específicos de superveniência não gera uma dificuldade para o redutivista moral, e, portanto, se o realista moral robusto tem dificuldade em explicar tais fatos, o *Argumento Explanatório* de fato revela "uma desvantagem explanatória do realismo moral robusto *vis-à-vis* o realismo redutivista" (Mendonça, 2019, p. 62).

4. Mendonça também defende, contudo, a tese de que o realista robusto não tem dificuldade em explicar fatos específicos de superveniência porque a noção de *redução por análise* (como a apresenta Schroeder, 2005 e 2007, cap. 4) permite ao realista robusto reduzir propriedades morais a propriedades naturais sem identificar propriedades morais e proprieda-

⁶ Obviamente, essa enunciação do fato específico de superveniência teria que ser qualificada. Pode haver circunstâncias excepcionais nas quais um assassinato não seja moralmente errado. Ademais, a propriedade de ser um assassinato também é multiplamente realizável, então a propriedade do lado esquerdo do condicional poderia ser caracterizada de maneira muito mais fina.

⁷ Se Horgan e Timmons estão corretos em reconstruir a tese defendida por Brink e por Boyd como a tese de que cada termo moral se refere a uma propriedade natural funcional (Horgan e Timmons, 1996, p. 9-12), então eles também podem oferecer uma explicação da superveniência nestes moldes. Como observou um(a) parecerista anônimo(a), é inapropriado caracterizar a posição de Brink e de Boyd como uma forma de naturalismo redutivista. Dada uma concepção disciplinar da noção de propriedade natural, segundo a qual propriedades naturais são aquelas que figuram de maneira ineliminável na versão perfeita das ciências naturais e sociais (ver Shafer-Landau, 2003, p. 58-60), Brink e Boyd devem, de fato, ser classificados como naturalistas não redutivistas pois eles resistem à redução do domínio moral ao domínio de qualquer ciência particular. Meu ponto é apenas que se a interpretação de Horgan e Timmons está correta (algo que não tenho pretensão de defender aqui), então Brink e Boyd sustentam que termos morais se referem a propriedades funcionais e multiplamente realizáveis que podem ser caracterizadas exaustivamente em termos naturais, mais especificamente, em termos de um conjunto complexo de relações causais que instituições, ações ou traços de caráter mantêm com a satisfação de necessidades humanas básicas. Dada essa leitura, Brink e Boyd não são realistas morais robustos (como reconhece, por exemplo, McPherson, 2012, p. 209), mas naturalistas morais. Mas dado o caráter funcional e multiplamente realizável das propriedades às quais, segundo eles, termos morais se referem, eles não enfrentam nenhuma dificuldade em conservar a assimetria dos fatos específicos de superveniência.

des naturais. Embora eu concorde com Mendonça quanto à alegação de que a redução por análise permite explicar a superveniência moral de maneira satisfatória, recuso a tese (d) segundo a qual a redução por análise só dá suporte a uma forma fraca de redutivismo compatível com o realismo robusto. A redução por análise pode muito bem resultar na identificação de propriedades morais e propriedades naturais.

A noção de redução por análise é introduzida por Schroeder para dar conta da possibilidade de *explicações constitutivas*. Esse é o tipo de explicação que eu forneço quando afirmo que uma figura qualquer é um triângulo porque ela tem três lados. Uma figura de três lados é aquilo no que um triângulo *consiste*, e esse é o fundamento dessa explicação. Pode parecer que essa explicação se baseie na identificação da propriedade de ser um triângulo com a propriedade de ser uma figura de três lados. Mas se esse fosse o caso, então eu poderia explicar por que uma figura tem três lados apontando para o fato de que é um triângulo. Nossas explicações, contudo, não vão nessa direção (Schroeder, 2007, p. 64). Há uma assimetria na relação explanatória. Como explicar isso? A resposta de Schroeder é esta: reduzir uma propriedade não é identificá-la com outra propriedade, mas analisá-la (no sentido tradicional, de identificar suas partes constitutivas e como elas estão estruturadas) (Schroeder, 2007, p. 66). Uma propriedade, então, não é reduzida a outra propriedade, mas a *partes de propriedades* (Schroeder, 2005, p. 10). No exemplo de Schroeder, a propriedade de ser um triângulo não é reduzida à propriedade de ser uma *figura plana com três lados*, mas às partes constitutivas dessa propriedade, quais sejam, {três; lados; figura plana} (Schroeder, 2005, p. 11).

Isso implica que um conjunto de propriedades pode ser reduzido a outro sem ser um de seus subconjuntos (Schroeder, 2005, p. 10 e 12), como Mendonça enfatiza (Mendonça, 2019, p. 62). Mas isso apenas porque as propriedades são reduzidas a seus constituintes, e elas mesmas não são um de seus constituintes. Por exemplo, a propriedade de ser um quadrado preto pode ser reduzida à propriedade de ser um quadrado e à propriedade de ser preto, já que essas duas propriedades juntas constituem a propriedade de ser um quadrado preto. Então o conjunto C de propriedades {quadrado preto} é reduzido ao conjunto C* de propriedades {quadrado; preto}, embora claramente C não seja um subconjunto de C*. Nas palavras de Mendonça, esses conjuntos de propriedades são “essencialmente disjuntos” (Mendonça, 2019, p. 63). Da mesma forma, se analisamos uma propriedade moral em termos de propriedades não normativas, a propriedade moral não estará incluída entre as propriedades não normativas que a constituem e, portanto, o conjunto cujo único membro é a propriedade moral em questão não será um subconjunto do conjunto de propriedades não normativas ao qual ela foi reduzida.

Segundo Mendonça, esse *relaxamento* da redução, que permite que a propriedade reduzida não seja um subconjunto

do conjunto ao qual é reduzida, faz com que a redução por análise dê suporte apenas a uma forma fraca de redutivismo compatível com o realismo robusto (Mendonça, 2019, p. 63), isto é, uma forma de redutivismo que não resulta na identificação de propriedades morais e propriedades naturais. Mas isso é falso. Esse *relaxamento* só é possível porque a propriedade em questão é reduzida a seus constituintes – e certamente qualquer propriedade é idêntica a seus *constituintes* arranjados de certa maneira. Schroeder é claro a esse respeito: “It’s not that I want to deny that the property of being a triangle is identical to the property of having three sides. On the contrary, I think that that is right” (Schroeder, 2007, p. 64). Embora a propriedade de ser um triângulo não seja reduzida à propriedade de ser uma figura plana de três lados, mas aos constituintes dessa propriedade (e, portanto, o conjunto reduzido e o conjunto de redução sejam disjuntos), a propriedade de ser um triângulo ainda é idêntica à propriedade de ser uma figura plana de três lados – e é exatamente isso que a análise da propriedade de ser um triângulo revelou. Da mesma forma, se “o domínio moral pode ser naturalisticamente reduzido” (Mendonça, 2019, p. 63), isto é, se houver uma redução por análise de propriedades morais a propriedades naturais e lógicas (como é necessário para dar conta de fatos específicos de superveniência), então propriedades morais são constituídas apenas por propriedades naturais e lógicas e, portanto, há, para cada propriedade moral, um enunciado verdadeiro que identifica a propriedade moral em questão com uma propriedade constituída apenas de propriedades naturais e lógicas.

Isso é ilustrado pelo exemplo de análise que Schroeder oferece: um utilitarista poderia sustentar que a propriedade de ser *bom* é redutível ao conjunto de partes de propriedades não normativas {contribuir para; balanço; felicidade}. Nesse caso, o conjunto cujo único membro é a propriedade de ser bom não é um subconjunto do conjunto de partes de propriedades ao qual essa propriedade é reduzida. Mas se essa redução é correta, então a propriedade de ser bom é idêntica à propriedade de *contribuir para maior balanço de felicidade* (e essa propriedade, portanto, se revela uma propriedade normativa, isto é, não é incluída no conjunto de propriedades não normativas ao qual a propriedade de ser bom é reduzida). A propriedade de contribuir para maior balanço de felicidade é uma propriedade natural e, portanto, nesse caso a redução por análise resulta em uma posição incompatível com o realismo robusto.⁸

De fato, na medida em que assumimos que toda propriedade constituída apenas de propriedades naturais, lógicas e matemáticas é ela mesma uma propriedade natural, a suposição de que o “domínio moral pode ser naturalisticamente reduzido” segundo o modelo de redução por análise implica a identificação de propriedades morais com propriedades naturais – e a redução por análise, portanto, dá suporte a uma forma forte de redução, incompatível com o realismo robusto.

⁸ O próprio Schroeder defende uma análise da noção de razão normativa em termos de desejos (Schroeder, 2007, p. 59) que foi geralmente lida como uma posição naturalista. Ver Scanlon (2014, p. 6).

Dada essa suposição, o fato de que o conjunto de propriedades morais não é um subconjunto do conjunto de propriedades não normativas ao qual ele é reduzido não muda o fato de que se a redução é bem-sucedida, então o conjunto de propriedades morais é um subconjunto do conjunto de *todas as propriedades naturais*.

Para compatibilizar a alegação de que é possível fornecer uma redução por análise do domínio moral ao natural com o realismo robusto é necessário recusar a suposição de que toda propriedade composta por propriedades naturais e lógicas estruturadas de certa maneira seja ela mesma uma propriedade natural. A possibilidade de recusar essa suposição depende de qual é o critério adotado para diferenciar propriedades naturais e não naturais. E os critérios sugeridos por naturalistas morais neste debate depõem em favor da suposição. McPherson, um dos proponentes do *Argumento Explanatório* e um dos interlocutores de Mendonça em seu artigo, sustenta que qualquer propriedade que é “metafisicamente contínua” com propriedades naturais, no sentido de que sua natureza é entendida por referência a outras propriedades naturais, é ela mesma natural (McPherson, 2012, p. 209). Dado esse critério, a redução por análise do domínio moral ao natural implica que propriedades morais são naturais. Copp defende um critério epistemológico: uma propriedade é natural caso proposições sintéticas a respeito de sua instanciação só possam ser conhecidas empiricamente (Copp, 2007, p. 29-40). Esse critério também parece implicar que se o domínio moral é reduzido ao domínio natural, então propriedades morais são naturais, pois parece que qualquer propriedade constituída por propriedades cuja instanciação só pode ser conhecida empiricamente é tal que sua instanciação só pode ser conhecida empiricamente. Portanto, o realista robusto que aceita que só é possível dar conta de fatos específicos de superveniência mediante a redução por análise do domínio moral ao natural tem um pesado ônus argumentativo: ele deve contestar a concepção de propriedade natural fornecida por seus adversários (como McPherson e Copp) e fornecer uma concepção alternativa, compatível com a recusa da suposição acima.

O mero apelo à noção de redução por análise, portanto, não é suficiente para fazer com que o *Argumento Explanatório* não represente “mais uma ameaça ao realismo robusto” (Mendonça, 2019, p. 63). Ele ainda representa uma ameaça que só pode ser evitada se o realista robusto atender ao ônus argumentativo de recusar a suposição apresentada nos parágrafos anteriores, o que envolve disputar a própria noção de propriedade natural – e isso é uma tarefa e tanto.

Referências

- BLACKBURN S. 1993. Supervenience Revisited. In: S. BLACKBURN, *Essays in Quasi-Realism*. New York, Oxford University Press, p. 130-148.
- COPP, D. 2001. Realist-Expressivism: A Neglected Option for Moral Realism. *Social Philosophy and Policy*, **18**(2):1-43.
- COPP, D. 2007. *Morality in a Natural World*. New York, Cambridge University Press.
- DREIER, J. 1992. The Supervenience Argument against Moral Realism. *Southern Journal of Philosophy*, **30**:13-38.
- ENOCH, D. 2007. An Outline of an Argument for Robust Meta-normative Realism. In: Russ SHAFER-LANDAU (ed.), *Oxford Studies in Metaethics 2*. Oxford, Oxford University Press, p. 21-50.
- FITZPATRICK, W. 2008. Robust Ethical Realism, Non-Naturalism, and Normativity. In: Russ SHAFER-LANDAU (ed.), *Oxford Studies in Metaethics 3*. Oxford, Oxford University Press, p. 159-206.
- HORGAN, T.; TIMMONS, M. 1996. From Moral Realism to Moral Relativism in One Easy Step. *Crítica: Revista Hispano-americana de Filosofía*, **28**(83):3-39.
- JACKSON, F. 1998. *From Metaphysics to Ethics*. Oxford, Oxford University Press.
- JACKSON, F. 2017. In Defence of Reductionism in Ethics. In: P. SINGER (ed.), *Does Anything Really Matter? Essays on Parfit on Objectivity*. Oxford, Oxford University Press, p. 195-212.
- KIM, J. 1984. Concepts of Supervenience. *Philosophy and Phenomenological Research*, **XLV**(2):153-176.
- McPHERSON, T. 2012. Ethical Non-Naturalism and the Metaphysics of Supervenience. In: Russ SHAFER-LANDAU (ed.), *Oxford Studies in Metaethics 7*. Oxford, Oxford University Press, p. 205-234.
- MENDONÇA, Wilson. 2019. Argumentos de superveniência contra o realismo moral robusto. *Filosofia Unisinos*, **20**(1):58-64.
- SCANLON, T.M. 2014. *Being Realistic about Reasons*. New York, Oxford University Press.
- SCHROEDER, M. 2005. Realism and Reduction: The Quest for Robustness. *Philosophers' Imprint*, **5**:1-18.
- SCHROEDER, M. 2007. *Slaves of the Passions*. Oxford, Oxford University Press.
- SHAFER-LANDAU, R. 2003. *Moral Realism – A Defense*. New York, Oxford University Press.

Submetido em 20 de março de 2019.

Aceito em 29 de julho de 2019.